

**GENTRIFICAÇÃO CLIMÁTICA E INJUSTIÇA INTERSECCIONAL: IMPACTOS DAS INTERVENÇÕES URBANAS DA COP30 SOBRE MULHERES NEGRAS E RIBEIRINHAS EM TERRITÓRIOS PERIFÉRICOS DE BELÉM-PA**

**CLIMATE GENTRIFICATION AND INTERSECTIONAL INJUSTICE: IMPACTS OF COP30 URBAN INTERVENTIONS ON BLACK AND RIVERSIDE WOMEN IN PERIPHERAL TERRITORIES OF BELÉM-PA**

**GENTRIFICACIÓN CLIMÁTICA E INJUSTICIA INTERSECCIONAL: IMPACTOS DE LAS INTERVENCIONES URBANAS DE LA COP30 SOBRE MUJERES NEGRAS Y RIBEREÑAS EN TERRITORIOS PERIFÉRICOS DE BELÉM-PA**

 <https://doi.org/10.56238/arev7n10-207>

**Data de submissão:** 21/09/2025

**Data de publicação:** 21/10/2025

**Manuella Gabrielly Oliveira de Oliveira**

Mestranda em Direito

Instituição: Universidade Federal do Pará (UFPA)

E-mail: manuellao oliveira@outlook.com

**Daniella Maria dos Santos Dias**

Doutora em Direito

Instituição: Universidade Federal do Pará (UFPA)

E-mail: diasdaniella@gmail.com

---

**RESUMO**

A presente pesquisa analisa os impactos das intervenções urbanas da COP30 em Belém-PA sob a perspectiva da gentrificação climática e da injustiça interseccional, com foco no cotidiano de mulheres negras e ribeirinhas em territórios periféricos. O problema central investiga de que maneira essas intervenções produzem processos de gentrificação climática e reforçam situações de injustiça interseccional, examinando especificamente os mecanismos institucionais, econômicos e simbólicos que articulam o discurso de sustentabilidade com a exclusão socioespacial. Adota metodologia exploratória e método dedutivo, baseada em revisão bibliográfica, documental e normativa, estruturada em três objetivos específicos: identificar e caracterizar as principais intervenções urbanas em curso no âmbito da COP30 e seus impactos territoriais; analisar os mecanismos pelos quais essas intervenções acionam processos de gentrificação climática na Amazônia urbana; e examinar, através do estudo de caso da Vila da Barca, como as intersecções entre raça, gênero e território amplificam as vulnerabilidades climáticas. Os resultados indicam que as 37 intervenções em curso, com orçamento de R\$ 3,2 bilhões, operam por três mecanismos articulados: legitimação institucional via discurso ambiental, dinamização seletiva do mercado imobiliário e exclusão dos processos decisórios. O estudo de caso revela como esses mecanismos transformam a Vila da Barca em infraestrutura de apoio a projetos voltados às áreas centrais, aprofundando desigualdades e vulnerabilidades. A pesquisa conclui que, embora justificadas pelo discurso de sustentabilidade, as intervenções da COP30 reproduzem padrões históricos de exclusão e contradições à justiça climática, destacando, contudo, o protagonismo das mulheres locais como agentes de resistência e construção de alternativas socioambientais.

**Palavras-chave:** Gentrificação Climática. Interseccionalidade. Intervenções Urbanas. COP30. Belém do Pará.

---

## ABSTRACT

This research analyzes the impacts of COP30's urban interventions in Belém-PA from the perspective of climate gentrification and intersectional injustice, focusing on the daily lives of Black and riverside women in peripheral territories. The central problem investigates how these interventions generate processes of climate gentrification and reinforce situations of intersectional injustice, specifically examining the institutional, economic, and symbolic mechanisms that link the sustainability discourse to socio-spatial exclusion. The study adopts an exploratory methodology and a deductive approach, based on bibliographical, documentary, and normative review, structured around three specific objectives: to identify and characterize the main ongoing urban interventions related to COP30 and their territorial impacts; to analyze the mechanisms through which these interventions trigger climate gentrification processes in the urban Amazon; and to examine, through the case study of Vila da Barca, how the intersections of race, gender, and territory amplify climate vulnerabilities. The results indicate that the 37 ongoing interventions, with a total budget of R\$ 3.2 billion, operate through three interrelated mechanisms: institutional legitimization via environmental discourse, selective stimulation of the real estate market, and systematic exclusion from decision-making processes. The case study reveals how these mechanisms transform Vila da Barca into support infrastructure for projects benefiting central areas, deepening inequalities and vulnerabilities. The research concludes that, although justified by the discourse of sustainability, COP30's interventions reproduce historical patterns of exclusion and contradictions to climate justice, while also highlighting the leadership of local women as agents of resistance and builders of socio-environmental alternatives.

**Keywords:** Climate Gentrification. Intersectionality. Urban Interventions. COP30. Belém do Pará.

## RESUMEN

La presente investigación analiza los impactos de las intervenciones urbanas de la COP30 en Belém-PA desde la perspectiva de la gentrificación climática y de la injusticia interseccional, con enfoque en la vida cotidiana de mujeres negras y ribereñas en territorios periféricos. El problema central investiga de qué manera dichas intervenciones generan procesos de gentrificación climática y refuerzan situaciones de injusticia interseccional, examinando específicamente los mecanismos institucionales, económicos y simbólicos que articulan el discurso de la sostenibilidad con la exclusión socioespacial. La metodología adoptada es de carácter exploratorio y de enfoque deductivo, basada en revisión bibliográfica, documental y normativa, estructurada en tres objetivos específicos: identificar y caracterizar las principales intervenciones urbanas en curso en el marco de la COP30 y sus impactos territoriales; analizar los mecanismos mediante los cuales estas intervenciones activan procesos de gentrificación climática en la Amazonía urbana; y examinar, a través del estudio de caso de la Vila da Barca, cómo las intersecciones entre raza, género y territorio amplifican las vulnerabilidades climáticas. Los resultados indican que las 37 intervenciones en curso, con un presupuesto de R\$ 3,2 mil millones, operan mediante tres mecanismos articulados: legitimación institucional a través del discurso ambiental, dinamización selectiva del mercado inmobiliario y exclusión sistemática de los procesos decisarios. El estudio de caso revela cómo estos mecanismos transforman la Vila da Barca en infraestructura de apoyo para proyectos dirigidos a las zonas centrales, profundizando las desigualdades y vulnerabilidades. La investigación concluye que, aunque justificadas por el discurso de la sostenibilidad, las intervenciones de la COP30 reproducen patrones históricos de exclusión y contradicciones con la justicia climática, destacando, sin embargo, el protagonismo de las mujeres locales como agentes de resistencia y constructoras de alternativas socioambientales.

**Palabras clave:** Gentrificación Climática. Interseccionalidad. Intervenciones Urbanas. COP30. Belém do Pará.

## 1 INTRODUÇÃO

A crescente preocupação com as mudanças climáticas tem impulsionado a formulação de políticas urbanas voltadas à sustentabilidade e à adaptação dos espaços urbanos. No contexto de megaeventos internacionais, como a Conferência das Partes sobre Mudanças Climáticas (COP30), cidades-sede são convocadas a implementar intervenções urbanísticas que projetem uma imagem de modernidade e compromisso ambiental. Em Belém, capital do Pará, esse processo se materializa em obras de infraestrutura, requalificação de espaços públicos e políticas de mitigação climática, legitimadas pelo discurso de construção de uma cidade sustentável e resiliente.

Entretanto, tais intervenções urbanas, embora associadas ao discurso de sustentabilidade, frequentemente reproduzem processos de exclusão socioespacial, especialmente em territórios periféricos e ribeirinhos. A lógica de valorização imobiliária e de "cidade-vitrine" para eventos internacionais tende a deslocar ou marginalizar populações historicamente vulnerabilizadas. Nesse contexto, o conceito de gentrificação climática tem se mostrado fundamental para compreender como políticas urbanas associadas à agenda ambiental podem operar como mecanismos de aprofundamento de desigualdades históricas, promovendo novas formas de segregação e expulsão silenciosa.

A perspectiva de gênero e raça é central para a compreensão desses impactos. Mulheres negras, particularmente aquelas residentes em comunidades ribeirinhas e periferias urbanas de Belém, enfrentam múltiplas camadas de desigualdade, que se intersectam e ampliam sua vulnerabilidade. Ao articular os referenciais de injustiça interseccional e justiça climática, torna-se possível examinar não apenas os efeitos materiais das intervenções, como deslocamentos forçados e precarização habitacional, mas também seus impactos simbólicos e culturais sobre grupos historicamente marginalizados.

No caso específico de Belém, territórios como a Vila da Barca ilustram a sobreposição entre desigualdades estruturais e ambientais. Nessas comunidades, as mulheres desempenham papel central na manutenção do cotidiano, na transmissão de saberes culturais e na organização comunitária. As intervenções urbanas vinculadas à COP30 ameaçam não apenas a estabilidade habitacional dessas comunidades, mas também seus modos de vida, suas práticas de resistência e os laços sociais que sustentam a vida coletiva.

Diante desse cenário, a presente pesquisa visa questionar de que maneira as intervenções urbanas realizadas em Belém-PA, no contexto da COP30, produzem processos de gentrificação climática e reforçam situações de injustiça interseccional no cotidiano de mulheres negras e ribeirinhas residentes em territórios periféricos? Mais especificamente, quais são os mecanismos institucionais,

econômicos e simbólicos que articulam o discurso de sustentabilidade ambiental com a valorização imobiliária e a exclusão socioespacial dessas populações?

Parte-se da hipótese de que as intervenções urbanas vinculadas à COP30, ainda que justificadas sob o discurso da sustentabilidade e da adaptação climática, operam como catalisadoras de gentrificação climática através de mediações específicas: a legitimação institucional de projetos excludentes via retórica ambiental, a dinamização do mercado imobiliário em áreas estratégicas, e a invisibilização simbólica das demandas de populações periféricas. Esses mecanismos convergem para promover a valorização de áreas centrais e a marginalização sistemática de mulheres negras e ribeirinhas, que enfrentam sobreposição de vulnerabilidades de raça, gênero, classe e território.

Nesse sentido, o objetivo da pesquisa consiste em analisar os impactos das intervenções urbanas da COP30 em Belém-PA, a partir da perspectiva da gentrificação climática e da injustiça interseccional, com foco no cotidiano de mulheres negras e ribeirinhas em territórios periféricos. Para tanto, a pesquisa visa se desenvolver metodologicamente a partir de objetivos específicos organizados em três seções distintas: primeiro, identificar e caracterizar as principais intervenções urbanas em curso no âmbito da COP30 em Belém e seus impactos territoriais imediatos; segundo, analisar os mecanismos específicos pelos quais essas intervenções acionam processos de gentrificação climática, examinando as articulações entre discurso ambiental, valorização imobiliária e exclusão socioespacial na Amazônia urbana; terceiro, examinar através do estudo de caso da Vila da Barca como as intersecções entre raça, gênero e território se materializam na amplificação das vulnerabilidades climáticas e urbanas vivenciadas por mulheres negras e ribeirinhas.

A estrutura metodológica adotada segue uma lógica analítica que parte do mapeamento empírico das intervenções para a compreensão de seus mecanismos de funcionamento, culminando no estudo de caso que permite examinar a materialização concreta dos processos identificados. Essa sequência permite não apenas descrever os fenômenos, mas compreender as mediações causais que conectam as políticas urbanas aos impactos diferenciados sobre grupos historicamente marginalizados.

A relevância do estudo se articula a múltiplas dimensões. No campo acadêmico, contribui para o avanço do debate sobre justiça climática, políticas urbanas e interseccionalidade em contextos amazônicos urbanos, ainda incipientes na literatura nacional. No plano social, busca visibilizar as experiências e os saberes das mulheres afetadas, fornecendo subsídios para políticas públicas mais inclusivas e justas. Politicamente, a pesquisa evidencia as tensões entre o discurso de sustentabilidade e as práticas de urbanização excludente, que, sob a preparação para a COP30, podem aprofundar desigualdades em vez de superá-las.

A pesquisa adota o método dedutivo e caráter exploratório, fundamentando-se em revisão bibliográfica, documental e normativa. Tal procedimento permitirá não apenas identificar os instrumentos jurídicos e políticos voltados à justiça climática, mas também avaliar em que medida estes respondem a lacunas históricas na proteção das populações vulnerabilizadas que compõem a Belém urbana.

## **2 INTERVENÇÕES URBANAS DA COP30 EM BELÉM: MAPEAMENTO E IMPACTOS TERRITORIAIS**

A escolha de Belém como sede da COP30 desencadeou um amplo programa de intervenções urbanas justificado pela necessidade de adequar a infraestrutura da cidade aos padrões de um evento internacional. Historicamente fundada em 1616 pela colonização portuguesa, Belém consolidou-se como relevante centro econômico e cultural da região Norte, apresentando uma trajetória marcada pela reprodução de desigualdades sociais e espaciais que permanecem evidentes na contemporaneidade (Meira Filho, 1976). A expansão da cidade, orientada por interesses econômicos e por projetos de modernização excludentes, resultou em um ordenamento territorial marcado pela segregação e pela precarização das áreas periféricas, também conhecidas como "baixadas".

Sob o argumento da ausência de infraestrutura adequada, o Governo do Estado, em articulação com o Governo Federal, tem promovido uma série de iniciativas de urbanização e requalificação. Todavia, tais intervenções, legitimadas pelo discurso da preparação para um evento internacional, reproduzem velhas práticas de exclusão, priorizando a valorização imobiliária e a visibilidade global em detrimento das necessidades históricas das populações locais, especialmente das que habitam as periferias urbanas.

Faltando menos de cem dias para a realização da Conferência, contabilizam-se 37 intervenções urbanas em andamento, executadas por diferentes entes federativos, dentre as quais 14 correspondem a obras de infraestrutura e desenvolvimento urbano, com orçamento estimado em R\$ 3,2 bilhões (Passos, 2025). Esse volume de investimentos representa um marco na história recente de Belém, concentrando em poucos anos recursos que historicamente foram negados às áreas periféricas da cidade.

A magnitude desses investimentos, embora significativa, revela-se seletiva quando analisada sob a ótica de sua distribuição territorial. As intervenções contemplam predominantemente projetos voltados à mobilidade urbana, requalificação de espaços públicos centrais, infraestrutura portuária e hoteleira, além de melhoramentos em áreas de interesse turístico. Paralelamente, observa-se um conjunto menor de obras dedicadas ao saneamento básico e habitação popular, evidenciando a

manutenção de prioridades que privilegiam a projeção internacional da cidade sobre as demandas básicas de sua população mais vulnerabilizada.

A análise da distribuição espacial dessas intervenções revela a reprodução de lógicas seletivas, que privilegiam a valorização das áreas centrais e de interesse turístico, em detrimento das periferias e das ocupações populares, perpetuando a histórica desigualdade socioespacial da cidade. Nesse contexto de restrições ao usufruto pleno do direito à cidade, as mulheres negras das baixadas são atravessadas por marcadores de raça e gênero que não apenas ampliam sua vulnerabilidade, mas também evidenciam as contradições estruturais da urbanização excludente.

As obras preparatórias concentram-se em corredores de mobilidade que conectam o aeroporto aos principais equipamentos hoteleiros e turísticos, na requalificação de espaços públicos localizados em bairros centrais e na modernização de infraestruturas portuárias destinadas ao transporte de delegações internacionais. Essa geografia de investimentos reproduz o modelo histórico de desenvolvimento urbano de Belém, que tradicionalmente concentrou recursos e melhoramentos nas áreas centrais, enquanto relegou as periferias a condições de precariedade e abandono estrutural.

As mulheres das baixadas vivenciam de forma mais intensa os efeitos dessa distribuição desigual, pois são elas que enfrentam cotidianamente os desafios da mobilidade urbana deficiente, da ausência de saneamento e da precariedade habitacional, ao mesmo tempo em que assumem papel de liderança em iniciativas coletivas voltadas à defesa do território.

As obras preparatórias para a COP30 apontam a existência de uma contradição entre o discurso de modernização e sustentabilidade e a realidade de impactos socioambientais gerados. O desmatamento de áreas protegidas, como a APA Metropolitana e o Parque Gunnar Vingren, somado às violações de direitos em comunidades como a Vila da Barca, expõe um modelo de desenvolvimento seletivo e excludente (Takeda, 2025).

Trabalhadores são submetidos a condições insalubres, enquanto a especulação imobiliária avança com respaldo em alterações no plano diretor, direcionando recursos e projetos para áreas de interesse turístico e de valorização imobiliária (Takeda, 2025). Torna-se notória a reprodução de uma lógica urbana desigual, na qual a preparação para a COP30 reforça processos de gentrificação climática, precarização social e aprofundamento das vulnerabilidades históricas, em vez de promover justiça ambiental e direito à cidade.

Paradoxalmente, comunidades que não estão contempladas pelas principais obras da COP30, como a Vila da Barca, são instrumentalizadas como suporte técnico para o funcionamento de sistemas destinados às áreas centrais. A instalação de uma estação elevatória de esgoto na Vila da Barca, cuja função é garantir o funcionamento do sistema de saneamento voltado às áreas centrais e nobres da

cidade, exemplifica essa lógica instrumental, que transforma territórios periféricos em infraestruturas de apoio para projetos excludentes.

Embora o discurso oficial justifique essas intervenções pela necessidade de modernização e sustentabilidade, a análise de sua distribuição e impactos revela a operação de mecanismos específicos que articulam a agenda ambiental com processos de valorização imobiliária e exclusão social. Para compreender como esses processos se materializam, torna-se necessário examinar os mecanismos pelos quais as intervenções da COP30 acionam dinâmicas de gentrificação climática na Amazônia urbana.

### **3 MECANISMOS DE GENTRIFICAÇÃO CLIMÁTICA EM BELÉM: ARTICULAÇÕES ENTRE AGENDA AMBIENTAL E EXCLUSÃO SOCIOESPACIAL**

A gentrificação climática emerge como uma atualização do fenômeno clássico descrito pela socióloga britânica Ruth Glass, em que o eixo central de revalorização do espaço urbano se desloca para intervenções justificadas pela agenda ambiental e pelos imperativos de adaptação às mudanças climáticas. Glass utilizou a expressão "gentry" para se referir a indivíduos pertencentes a estratos privilegiados, caracterizados por melhores condições econômicas, definindo gentrificação como "a substituição de uma população existente por uma gentry" (Loretta; Slater; Wyly, 2008).

No contexto das intervenções da COP30 em Belém, esse processo adquire características específicas. As 37 obras mapeadas, com investimento de R\$ 3,2 bilhões, operam através de três mecanismos articulados: a legitimação institucional de projetos excludentes via retórica de sustentabilidade ambiental, a dinamização seletiva do mercado imobiliário em áreas estratégicas, e a invisibilização sistemática das demandas de populações periféricas nos processos decisórios.

José Machado Moita Neto (2023) destaca que as mudanças climáticas impactam o mercado imobiliário ao valorizar áreas seguras e encarecer o seguro de regiões de risco, promovendo uma gentrificação climática onde zonas consideradas perigosas tornam-se acessíveis a pessoas economicamente vulneráveis, que assumem o risco de morar sem segurança adequada.

Em Belém, esse mecanismo se materializa através da justificativa ambiental para intervenções que priorizam áreas centrais. O discurso de "construção de uma cidade sustentável e resiliente" legitima investimentos concentrados em corredores turísticos e áreas de valorização imobiliária, enquanto comunidades periféricas permanecem expostas a riscos ambientais. A concentração de recursos em 14 obras de infraestrutura voltadas predominantemente para áreas centrais exemplifica como a agenda climática é instrumentalizada para naturalizar escolhas excludentes.

Comunidades racializadas e bairros de baixa renda são constantemente submetidos a processos de negligência estrutural, derivados de práticas discriminatórias e de mecanismos financeiros excludentes. Paradoxalmente, essas áreas, desvalorizadas pelo histórico de "desinvestimento", convertem-se em alvos privilegiados de incorporadores que as percebem como oportunidades lucrativas de renovação urbana (Walker, 2024).

As intervenções da COP30 aceleram esse processo ao modificar a geografia de oportunidades da cidade. Áreas antes marginalizadas, situadas próximas aos novos corredores de infraestrutura ou aos equipamentos turísticos, tornam-se objeto de especulação imobiliária. Simultaneamente, a pressão sobre territórios como a Vila da Barca - que, mesmo sem estar oficialmente contemplada pelas obras, é instrumentalizada como suporte técnico através da estação elevatória - demonstra como comunidades periféricas são incorporadas funcionalmente aos projetos sem serem beneficiadas por eles.

A gentrificação climática na Amazônia urbana evidencia como intervenções ambientais, sem planejamento inclusivo, reforçam desigualdades históricas e deslocam populações em situação de vulnerabilidade. Conforme destaca Baumgartner (2021), essas comunidades constituem a maioria significativa dos habitantes urbanos, sendo fundamental sua incorporação nas tomadas de decisões, ultrapassando a mera retórica discursiva.

Em Belém, a ausência de políticas que integrem a perspectiva de gênero e raça no planejamento urbano reforça a marginalização das populações periféricas. A invisibilidade social a que mulheres negras estão submetidas não se restringe à mera representatividade, mas reflete uma exclusão estrutural que limita sua capacidade de incidir sobre processos decisórios, contribuindo para a manutenção de um sistema que perpetua desigualdades (Lima, Soares e Souza, 2023).

A articulação desses três mecanismos produz um padrão específico de injustiça climática em Belém. A precariedade do saneamento básico, evidenciada pelos dados do Instituto Trata Brasil (2025) - que situam três municípios paraenses entre os 20 piores do ranking nacional - demonstra como desigualdades estruturais históricas se reproduzem através das intervenções da COP30.

Esse quadro reflete diretamente na precariedade do saneamento básico, comprometendo não apenas o direito à cidade, mas também a capacidade de mitigação e adaptação às mudanças climáticas. A insuficiência dos serviços de água e esgoto agrava a vulnerabilidade de comunidades periféricas, especialmente aquelas onde mulheres negras assumem centralidade não apenas no cuidado doméstico, mas na manutenção da vida comunitária.

A efetivação de medidas de adaptação climática deve considerar princípios de interseccionalidade e justiça socioespacial, evitando que iniciativas de sustentabilidade aprofundem a

exclusão social ao reproduzirem padrões históricos de desigualdade que afetam desproporcionalmente comunidades racializadas e de baixa renda.

#### **4 INTERSECCIONALIDADE E INJUSTIÇA CLIMÁTICA: MATERIALIZAÇÃO DOS MECANISMOS DE EXCLUSÃO NA VILA DA BARCA**

Uma embarcação de origem portuguesa, apreendida pela Capitania dos Portos no início do século XX, transformou-se em marco de referência para produtores oriundos do interior que comercializavam seus produtos em Belém, servindo posteriormente como abrigo para famílias em situação de vulnerabilidade (Souza, 2006). Situada às margens da Baía do Guajará, a Vila da Barca representa uma das maiores comunidades sobre palafitas da América Latina, nascida da coragem, da palafita e da história de uma barca encalhada.

A partir da década de 1920, o local passou a ser ocupado de maneira heterogênea, abrigando trabalhadores vinculados a uma fábrica instalada no bairro do Reduto e famílias oriundas de diferentes regiões do interior do Estado, destacando-se agricultores e populações ribeirinhas que utilizavam o espaço como ponto estratégico para o escoamento e comercialização de sua produção agrícola (Pinheiro et al, 2007; Souza, 2006 apud Souza, 2011).

A trajetória histórica da Vila da Barca exemplifica como territórios periféricos são sistematicamente instrumentalizados pelos projetos de modernização urbana. No contexto atual, embora não figure oficialmente entre as 37 intervenções da COP30, a comunidade materializa de forma paradigmática os três mecanismos de gentrificação climática identificados: legitimação institucional via discurso ambiental, pressão territorial através da especulação imobiliária, e exclusão dos processos decisórios.

A condição instrumental atribuída à Vila da Barca no contexto das preparações para a COP30 revela de forma exemplar como os mecanismos de gentrificação climática operam concretamente. Embora a comunidade não se encontre entre os territórios oficialmente contemplados pelas obras destinadas à Conferência, foi instalada na área uma estação elevatória de esgoto, cuja função é garantir o funcionamento do sistema de saneamento voltado às áreas centrais e nobres da cidade.

Essa intervenção materializa o primeiro mecanismo identificado - a legitimação institucional via discurso ambiental. Sob a justificativa de modernização do sistema de esgotamento sanitário da sub-bacia do Una, a instalação da estação elevatória em território periférico e vulnerabilizado transforma a Vila da Barca em infraestrutura de apoio técnico para projetos que beneficiarão prioritariamente as áreas contempladas pelas principais obras da COP30.

A contradição se aprofunda quando se observa que a própria comunidade permanece sem acesso adequado ao saneamento básico. Somente após ampla repercussão nacional sobre as condições de vida dos moradores é que, em julho de 2024, o Governo do Estado anunciou investimentos destinados ao saneamento básico local, com previsão de conclusão do sistema de abastecimento hídrico para outubro e implementação do esgotamento sanitário em oito meses (Leite, 2025).

Na Vila da Barca, as mulheres assumem centralidade tanto na manutenção da vida cotidiana quanto na resistência política e cultural. O depoimento de Flaviana Barroso, assistente social e líder comunitária, que narra sua trajetória de deslocamento ainda na infância, aos sete anos, quando migrou com a família do interior de Cametá para Belém, permite analisar como processos de mobilidade territorial vinculados a condições socioeconômicas precárias moldaram a formação histórica da comunidade (Pestudio, 2024).

As "mulheres-maré", como são conhecidas na comunidade, lideram as lutas históricas pelo direito à cidade. Até os anos 1980, não havia água encanada, e a comunidade dependia de uma torneira pública. As mulheres andavam pelas pontes carregando latas d'água na cabeça. Graças à luta, a água chegou - embora venha fraca e suja. Foram as mulheres que fizeram nascer, em 1985, a Associação dos Moradores da Vila da Barca, e são elas que seguem organizando a resistência (Guerreiro Neto, 2025).

O protagonismo dessas mulheres evidencia como o terceiro mecanismo (exclusão dos processos decisórios) opera concretamente. Apesar de serem agentes centrais na produção de alternativas de justiça climática local, através da fundação de associações comunitárias, das lutas por saneamento e de práticas culturais, elas permanecem invisibilizadas nos espaços oficiais de decisão sobre as intervenções da COP30.

A experiência de Dona Nazaré, moradora histórica da Vila da Barca, simboliza a interseccionalidade das vulnerabilidades vivenciadas pelas mulheres da comunidade. Reconhecida por carregar água quando o abastecimento se restringia a torneiras públicas, ela transportava mais de 30 latas de água por dia, muitas vezes em troca de um prato de comida (Pestudio, 2024). Sua trajetória evidencia como a precariedade do acesso a serviços básicos se articula com a sobrecarga imposta às mulheres em contextos de vulnerabilidade socioespacial.

Diante disso, a Vila da Barca constitui um exemplo emblemático de como a injustiça climática se entrelaça com desigualdades sociais. As mulheres, majoritariamente negras e em situação de vulnerabilidade, assumem papel central na reprodução social da comunidade e na condução de processos de resistência, ao mesmo tempo em que são as mais impactadas pela precariedade estrutural e pela ausência de políticas públicas inclusivas.

Figura 1 - Ligação clandestina de água, utilizada coletivamente pelos moradores da comunidade.



Imagen: Youtube, 2024

Até os dias atuais, as mulheres têm seu cotidiano impactado por uma confluência aguda de desigualdades de gênero, raça, classe e território, assumindo centralidade tanto no cuidado e manutenção dos lares quanto no suporte à rede social local, arcando com as consequências das deficiências de saneamento, riscos de inundação e precariedade habitacional.

A pressão territorial através da especulação imobiliária se manifesta na experiência cotidiana dessas mulheres através da dinâmica que inicialmente transformou o bairro do Umarizal e o Telégrafo, avançando agora pela orla de Belém, configurando um contínuo de pressão socioespacial que ameaça a permanência das comunidades populares (Guerreiro Neto, 2025).

Gisele Mendes, Presidente da Comissão Solidária Vila da Barca e Coordenadora da Barca Literária, ressalta que a promoção de valores como empoderamento periférico, identidade, pertencimento e inclusão constitui estratégia principal não apenas para o desenvolvimento de crianças e adolescentes, mas também para a preservação e defesa coletiva do território (Pestudio, 2024).

A resistência protagonizada pelas mulheres da Vila da Barca assume não apenas uma dimensão de sobrevivência, mas também de afirmação política. Ao fundarem associações comunitárias, reivindicarem o direito ao saneamento e articularem práticas culturais, elas constroem formas próprias de protagonismo social, muitas vezes invisibilizadas pelas políticas estatais.

Figura 2 - Atual condição de moradias da comunidade da Vila da Barca



Imagen: Brasil de fato, 2025

Para o atual presidente da Associação dos Moradores, os recentes investimentos em saneamento representam "momento histórico para a comunidade da Vila da Barca", possibilitando "virar a página da história trazendo não só a água, mas o esgotamento sanitário" (Leite, 2025). Contudo, essa conquista resulta da pressão exercida pela luta comunitária, não de uma inclusão originária no planejamento das intervenções da COP30.

A análise das condições de vida na Vila da Barca permite identificar como a interseccionalidade se materializa em camadas sucessivas de vulnerabilidade. Mulheres negras, pobres e periféricas, historicamente relegadas a papéis de cuidado e manutenção da vida cotidiana, enfrentam de forma ampliada os impactos das mudanças climáticas e das deficiências de infraestrutura urbana.

A precariedade do saneamento básico, a exposição a enchentes e a instabilidade habitacional não incidem sobre a comunidade de maneira homogênea, mas recaem de forma mais intensa sobre aquelas que assumem a dupla função de provedoras domésticas e lideranças comunitárias. Trata-se de um contexto no qual gênero, raça, classe e território se entrecruzam para estruturar um quadro persistente de injustiça socioambiental.

Diante disso, a luta cotidiana por água, moradia digna e reconhecimento identitário demonstra que essas mulheres são agentes centrais na produção de justiça climática em escala local, ainda que permaneçam marginalizadas nos processos decisórios mais amplos relacionados à COP30. A Vila da Barca funciona, assim, como laboratório das contradições entre o discurso oficial de sustentabilidade e a realidade de aprofundamento das desigualdades interseccionais.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo analisou os impactos das intervenções urbanas da COP30 em Belém-PA sob a perspectiva da gentrificação climática e da injustiça interseccional, com foco no cotidiano de mulheres negras e ribeirinhas em territórios periféricos. A investigação permitiu identificar três mecanismos específicos através dos quais essas intervenções reproduzem e aprofundam desigualdades históricas, contradizendo o discurso oficial de sustentabilidade e inclusão social.

A análise das 37 intervenções em andamento, com orçamento de R\$ 3,2 bilhões, revelou um padrão sistemático de concentração territorial em áreas centrais e de interesse turístico, reproduzindo lógicas históricas de exclusão socioespacial. Esse mapeamento empírico demonstrou que a preparação para a COP30, longe de promover democratização urbana, opera através de três mecanismos articulados de gentrificação climática.

O primeiro mecanismo - legitimação institucional via discurso ambiental - permite que intervenções excludentes sejam apresentadas como necessidades técnicas de adaptação climática. A retórica de construção de uma "cidade sustentável e resiliente" naturaliza escolhas políticas que privilegiam setores economicamente estratégicos, enquanto comunidades periféricas permanecem expostas a riscos ambientais.

O segundo mecanismo - dinamização seletiva do mercado imobiliário - acelera processos de valorização em áreas próximas aos novos equipamentos urbanos, criando pressões territoriais que ameaçam a permanência de populações historicamente estabelecidas. Esse processo é agravado pelas alterações no plano diretor que facilitam empreendimentos imobiliários em detrimento da função social da propriedade.

O terceiro mecanismo - exclusão sistemática dos processos decisórios - marginaliza as vozes das populações mais impactadas, impedindo que suas demandas e saberes incidam sobre o planejamento urbano. Essa exclusão não é apenas procedural, mas estrutural, refletindo relações de poder que historicamente silenciam mulheres negras e periféricas.

O estudo de caso da Vila da Barca demonstrou como esses mecanismos se materializam concretamente na vida cotidiana de mulheres negras e ribeirinhas. A instrumentalização da comunidade através da instalação de uma estação elevatória - que beneficia o saneamento de áreas centrais enquanto a própria Vila da Barca permanece sem acesso adequado aos serviços básicos - exemplifica de forma paradigmática a operação da gentrificação climática.

A análise interseccional revelou que gênero, raça, classe e território não operam como categorias isoladas, mas se entrecruzam para estruturar vulnerabilidades específicas. As mulheres da Vila da Barca enfrentam simultaneamente a sobrecarga do trabalho reprodutivo, a precariedade

habitacional, a exposição a riscos ambientais e a invisibilidade política, configurando um quadro complexo de injustiça climática.

Paradoxalmente, essas mesmas mulheres emergem como protagonistas centrais na produção de alternativas de justiça climática local. Através da fundação de associações comunitárias, da organização de lutas por direitos básicos e da articulação de práticas culturais como a Barca Literária, elas constroem formas próprias de resistência que questionam tanto o modelo de desenvolvimento excludente quanto as ausências das políticas estatais.

A pesquisa contribui para o avanço do debate sobre gentrificação climática ao demonstrar que esse fenômeno não se restringe a contextos do Norte global, mas adquire características específicas na Amazônia urbana. A articulação entre agenda ambiental internacional, dinâmicas imobiliárias locais e desigualdades históricas produz configurações particulares que demandam análises contextualizadas.

No campo da interseccionalidade, o estudo evidencia como marcadores de diferença se materializam territorialmente, criando geografias específicas de vulnerabilidade que precisam ser consideradas no planejamento de políticas climáticas. A experiência de mulheres negras e ribeirinhas revela dimensões da crise climática que permanecem invisibilizadas quando se adotam abordagens universalistas ou tecnicistas.

A análise permitiu identificar contradições centrais entre o discurso de modernização sustentável e a realidade de aprofundamento das desigualdades socioambientais. O desmatamento de áreas protegidas, as violações de direitos de comunidades tradicionais e a concentração de investimentos em setores privilegiados expõem os limites da retórica oficial sobre justiça climática.

Observa-se que a preparação para a COP30, evento destinado a debater soluções climáticas globais, reproduz localmente padrões insustentáveis de urbanização que intensificam as próprias vulnerabilidades que deveria enfrentar. Essa contradição não é meramente técnica, mas revela tensões estruturais entre os imperativos de crescimento econômico e os objetivos de sustentabilidade social e ambiental.

Os achados sugerem a necessidade de reorientação radical das políticas urbanas associadas à agenda climática. Em vez de privilegiar grandes intervenções de infraestrutura voltadas à projeção internacional, seria fundamental priorizar investimentos em saneamento básico, habitação social e equipamentos comunitários nas periferias urbanas.

A incorporação efetiva da perspectiva interseccional no planejamento urbano demanda não apenas representatividade formal, mas transformações substantivas nos processos decisórios que permitam às populações afetadas incidir diretamente sobre as políticas que as impactam. Isso inclui a

valorização dos saberes comunitários e o reconhecimento das lideranças femininas como agentes centrais na construção de alternativas sustentáveis.

A investigação abre caminhos para estudos que aprofundem a compreensão dos impactos de longo prazo das intervenções da COP30 sobre as dinâmicas socioambientais de Belém. Seria relevante examinar como as pressões imobiliárias se desenvolvem após a realização do evento e quais estratégias de resistência são elaboradas pelas comunidades afetadas.

Adicionalmente, a perspectiva comparativa com outras cidades-sede de megaeventos ambientais poderia contribuir para a identificação de padrões mais amplos de gentrificação climática, permitindo a formulação de alternativas políticas que articulem sustentabilidade ambiental com justiça social.

Por fim, a análise evidencia que a construção de cidades verdadeiramente sustentáveis e resilientes não pode prescindir da superação das desigualdades interseccionais que estruturam os espaços urbanos. A experiência das mulheres da Vila da Barca demonstra que as soluções para a crise climática já estão sendo construídas nos territórios, através de práticas coletivas que articulam cuidado, resistência e transformação social. Cabe às políticas públicas reconhecer e fortalecer essas alternativas, em vez de reproduzir os mecanismos de exclusão que agravam tanto as desigualdades sociais quanto às vulnerabilidades ambientais.

## REFERÊNCIAS

BARREIROS, R.; BETTI, L.; OLIVEIRA, M.; ALVES, L.; OURO, A.; FELIN, B. Entenda o que é justiça climática. World Resources Institute Brasil (WRI Brasil). São Paulo, 2025. Disponível em: <https://www.wribrasil.org.br/noticias/entenda-o-que-e-justica-climatica>. Acesso em: 30 set. 2025.

BAUMGARTNER, W. H. Gentrificação verde e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável em áreas urbanas. *Geografia*, v. 46, n. 1. Rio Claro, 2021. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/ageteo/article/view/16034>. Acesso em: 23 set. 2025.

GUERREIRO NETO, G. Em Belém, a luta do povo-maré contra a obra da COP que joga esgoto dos ricos no quintal dos pobres. Amazonizando a COP. SAMAUÍMA – Jornalismo do Centro do Mundo. Belém, 2025. Disponível em: <https://sumauama.com/em-belem-a-luta-do-povo-mare-contra-a-obra-da-cop-que-joga-esgoto-dos-ricos-no-quintal-dos-pobres/>. Acesso em: 20 set. 2025.

LEES, L.; SLATER, T.; WYLY, E. *Gentrification*. Routledge. Nova Iorque, [S.n.], [2007]. Disponível em: [https://southwarknotes.wordpress.com/wp-content/uploads/2009/12/loretta\\_lees\\_tom\\_slater\\_elvin\\_wyly-gentrification\\_\\_-routledge2007.pdf](https://southwarknotes.wordpress.com/wp-content/uploads/2009/12/loretta_lees_tom_slater_elvin_wyly-gentrification__-routledge2007.pdf). Acesso em: 23 set. 2025.

LEITE, M. Governo anuncia investimentos históricos para a Vila da Barca em cerimônia de assinatura de contrato de gestão de saneamento. Agência Pará. Belém, 2025. Disponível em: <https://www.agenciapara.com.br/noticia/68834/governo-anuncia-investimentos-historicos-para-a-vila-da-barca-em-cerimonia-de-assinatura-de-contrato-de-gestao-de-saneamento>. Acesso em: 22 set. 2025.

LIMA, L. C. O.; SOARES, C. F.; SOUZA, L. T. Mulheres negras, vida urbana e a discriminação socioespacial na cidade de Belém-PA. *Revista de Direito Urbanístico, Cidade e Alteridade*, v. 9, n. 1, [S.l.], 2023. Disponível em: <https://indexlaw.org/index.php/revistaDireitoUrbanistico/article/view/9743/pdf>. Acesso em: 24 set. 2025.

MEIRA FILHO, A. Evolução histórica de Belém do Grão-Pará. 1. ed. Belém: Grafisa, 1976. Disponível em: <https://ufpadoispontozero.wordpress.com/2013/10/23/evolucao-historica-de-belem-do-grao-para-vol-i/>. Acesso em: 23 set. 2025.

MOITA NETO, J. M. Gentrificação climática. Instituto Humanitas Unisinos - IHS. São Leopoldo – RS, 2023. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/629660-gentrificacao-climatica-artigo-de-jose-machado-moita-neto>. Acesso em: 23 set. 2025.

PASSOS, M. A 100 dias da COP30, Grande Belém tem mais de 30 obras em andamento. G1 Pará. Belém, 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2025/08/02/a-100-dias-da-cop30-grande-belem-tem-mais-de-30-obras-em-andamento.htm>. Acesso em: 24 set. 2025.

PESTUDIO. Documentário Oh Vila da Barca – Full HD. YouTube. 2024. Duração: 25 min. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=c5QGt-otEF4&t=523s>. Acesso em: 22 set. 2025.

Ranking do saneamento 2025: apenas 12 municípios, dentre os mais populosos, investem acima da média considerada necessária para a universalização dos serviços. Instituto Trata Brasil. [S.I.], 2025. Disponível em: [https://tratabrasil.org.br/wp-content/uploads/2025/07/Release-Ranking-2025\\_final1-1.pdf](https://tratabrasil.org.br/wp-content/uploads/2025/07/Release-Ranking-2025_final1-1.pdf). Acesso em: 23 set. 2025.

SOUZA, A. K. Vila da Barca, das palafitas ao conjunto habitacional: análise sobre a (im)permanência dos moradores na área. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2011. Disponível em: [https://www.ppgss.propesp.ufpa.br/ARQUIVOS/dissertacoes/2011/alessandra\\_kelma\\_de\\_souza.pdf](https://www.ppgss.propesp.ufpa.br/ARQUIVOS/dissertacoes/2011/alessandra_kelma_de_souza.pdf). Acesso em: 20 set. 2025.

SOUZA, S. S. Os caminhos da urbanização da Vila da Barca: passado, presente e perspectivas futuras. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2006.

TAKEDA, B. Obras para COP30 trazem expectativa e frustração à população em Belém. Climainfo. [S.I.], 2025. Disponível em: <https://climainfo.org.br/2025/04/23/obras-para-cop30-trazem-expectativa-e-frustracao-a-populacao-em-belem/>. Acesso em: 24 set. 2025.

WALKER, J. Climate gentrification and its effects on vulnerable populations. School for Environment and Sustainability (SEAS), University of Michigan. Michigan, EUA, 2024. Disponível em: <https://seas.umich.edu/news/climate-gentrification-and-its-effects-vulnerable-populations>. Acesso em: 23 set. 2025.